

SUPERINTENDÊNCIA DE CULTURA
Diretoria de Projetos para o Desenvolvimento da Cultura

A CULTURA COMO DIMENSÃO ESTRUTURANTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Programa de Desenvolvimento Territorial da Cultura

Salvador
Maior, 2007

Planejamento, Políticas Públicas e Território.

Um dos maiores desafios do planejamento, presentemente, é passar de um procedimento de alocação e distribuição setorial de recursos e de atendimento de demandas “de balcão” para uma lógica territorial de projetos integrados.

Há 70 anos apenas surgiram as propostas de intervenção intencional do Estado para induzir a localização de atividades, ou seja, para ordenar o território principalmente na França e Itália.

Em meado da década de 90 a abordagem territorial ressurgiu num momento em que o conceito de desenvolvimento regional não mais dava conta das transformações que o fenômeno da globalização provocou e vem provocando.

Naquele período, a ação governamental teve como foco os programas, com características de multisetorialidade, para cuja execução diversos segmentos da administração pública e da sociedade civil se envolveram. São deste período os Eixos Nacionais de Integração e de Desenvolvimento, o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Meso regiões e o Zoneamento Econômico Ecológico.

Entende-se que a perspectiva territorial permite uma referencia simultânea ao desenvolvimento local, regional, nacional e até continental, no caso da Europa, na medida em que o território se constitui por vínculos informais, por modos não mercantis de interação construídos ao longo do tempo e que moldam a identidade dos indivíduos e dos grupos sociais. Os territórios não são definidos pela objetividade dos fatores disponíveis, mas pela maneira como se organizam.

Em síntese, deve-se entender o território como “base geográfica da existência social”. (Sepúlveda, Sergio, 2003). É no território que a população constrói a sua identidade e os seus sentimentos de pertencimento onde expressa seu patrimônio cultural e define o seu destino. Contudo, é fundamental ressaltar as dificuldades que permeiam a descentralização das políticas de desenvolvimento e os limites institucionais, estreitos, diga-se de passagem, que lhe são impostos. “A menor instância governamental passível de executar políticas públicas – o município – é na maior parte das vezes, uma unidade eficiente para controlar gastos tópicos, setoriais e localizados, mas insuficiente para permitir a revelação dos potenciais produtivos, das capacidades e das utopias das populações de uma determinada região”. (Beduschi, Luis, Abramovay, Ricardo, 2003).

Para os autores citados, as políticas territoriais brasileiras apresentam duas deficiências, quais sejam: a ausência de uma institucionalidade voltada para a articulação dos atores locais e a dissociação entre políticas de desenvolvimento e a mobilização de recursos locais, dificultando assim a territorialização do processo de desenvolvimento.

Entende-se que o desenvolvimento de atividades econômicas, sociais e culturais nas sociedades contemporâneas depende cada vez menos da capacidade do Estado e cada vez mais do seu poder de estimular o surgimento de um movimento de empreendedorismo e protagonismo das forças locais.

Os territórios vão se tornando cada vez mais protagonistas em virtude da interação que propiciam entre os diversos segmentos sociais – entidades representativas da sociedade civil, poderes municipais, estaduais e federais, cooperativas e associações, permitindo que estes compartilhem como visão de futuro para o território, o princípio segundo o qual o “desenvolvimento é o aumento da capacidade de os indivíduos fazerem escolhas” (Sen, Amartya, 2000)

A capacidade de o território transformar-se em território - projeto, constitui a base de uma nova relação entre os atores locais e o Estado, a partir da organização local e da constituição de um pacto de coesão social que conduza a contratos de desenvolvimento das potencialidades locais e não mais à mera transferência de recursos para ações absolutamente desvinculada das características e identidades do território.

Compreendendo assim o território, a questão de identidade cultural, histórica e geográfica assume um papel fundamental na sua definição, constituindo-se no núcleo da estratégia de desenvolvimento territorial.

Cultura: Dimensões e Transversalidade

As políticas públicas formuladas pelo Ministério da Cultura, no período 2003-2006, deflagraram um processo de estabelecimento de novos paradigmas que já se legitimaram como referência para a gestão cultural no país, entre os quais o que coloca a cultura como dimensão estruturante das políticas públicas, instrumento de inclusão social e geração de emprego e renda.

É fundamental destacar que a cultura é um direito básico do cidadão, tanto quanto o direito ao voto, à moradia, à alimentação, à saúde e à educação. As políticas culturais têm os seus objetivos centrados no acesso universal aos bens culturais, à memória e ao patrimônio artístico e histórico. É indispensável disseminar o conhecimento de que o desenvolvimento cultural define a qualidade do desenvolvimento econômico e que a política pública de cultura deve estar sintonizada com as demais políticas governamentais.

Considerando que, o grau de abrangência do conceito de cultura qualifica a determinação das estratégias de uma política cultural na perspectiva do Ministério da Cultura e da Secretaria de Cultura do Governo da Bahia, três dimensões conformam o conceito de cultura: a simbólica, a econômica e a social.

A dimensão simbólica abriga a nossa diversidade cultural e as formas simbólicas de expressão do homem, patrimônio que enriquece o imaginário das pessoas, capacitando-as para decidir melhor sobre as suas vidas.

Nesta dimensão identificam-se os ritos, costumes, celebrações, credos, crenças, ou seja, tudo que as pessoas elaboram simbolicamente buscando a sua identidade enquanto ser humano e cidadão. Consiste assim, em todo o patrimônio intangível que dá a marca da singularidade e da identidade de uma nação, território e município.

Torna-se impossível pensar a cultura sem associá-la à sua *dimensão social* de inclusão e protagonismo social e, conseqüentemente, de formação do cidadão, mesmo porque, qualquer programa de desenvolvimento territorial e redução de desigualdades, a exemplo do que governo da Bahia pretende desenvolver em alguns territórios, requer a consideração da dimensão cultural como elemento fundamental para a construção de um pacto de coesão territorial. Fortalecer o tecido social por atributos singulares e integradores passa necessariamente pela construção cultural do território a partir da incorporação dos elementos que conformam e reinventam a sua identidade cultural e étnica. Deste modo, os programas de desenvolvimento devem reconhecer a incorporação da cultura como um facilitador da inclusão social.

A dimensão econômica da cultura vem assumindo importante papel no mundo contemporâneo. Fazer com que os gestores públicos percebam a potencialidade econômica do fazer

cultural é um desafio que o MINC e a SECULT aceitaram (já este ano um programa de economia cultural integra o Plano Plurianual da União). A diversidade e a criatividade de nossa produção cultural são incontestáveis e a visibilidade crescente de sua importância econômica é demonstrada pelos números que registram a cultura respondendo por 5% dos empregos formais no Brasil (IPEA) e por 5% do PIB nacional (Mercosul Cultural). Esta abordagem abre caminhos que contribuem para consolidar um ambiente fomentador do desenvolvimento das atividades culturais e organização das cadeias produtivas, dos arranjos produtivos culturais locais e de sistemas articulados com a economia do entretenimento e do lazer.

Estas três dimensões asseguram o lugar da cultura como integrante das políticas públicas na medida em que passar a integrar todas as agendas. Deste modo, as instituições governamentais poderão absorver conceitos, compreensões e visões que estão no domínio do simbólico e do intangível, conferindo um caráter singular e identitário às concepções de políticas públicas. É esta uma consistente contribuição que a cultura pode dar para assegurar às políticas públicas um caráter singular em relação à identidade local..

Programa Integrado de Desenvolvimento Territorial da Cultura

Considerando a missão da Secretaria de Cultura e as prioridades estratégicas de descentralizar as ações culturais e democratizar o processo de planejamento, execução e avaliação dos programas e projetos culturais, o Programa Integrado de Desenvolvimento Territorial da Cultura surge como um instrumento inovador para o alcance dos propósitos referidos.

Torna-se de suma importância a formulação de um programa que se constitui num instrumento de planejamento das ações na área cultural e incorpora o conceito de território e das dimensões da cultura. É esta agregação ao programa, que facilita pensar a cultura de modo estruturante e transversal. As expressões e manifestações culturais conformam o programa na medida em que são reconhecidas no território, espaço direcionador da política cultural e onde a ação do Estado acontece.

Este programa é desenvolvido utilizando uma metodologia participativa para a formulação do diagnóstico – Perfil Cultural do Território e Estratégias e Ações envolvendo os atores locais na construção de uma visão comum do futuro. O que se pretende é fortalecer a noção de que o desenvolvimento depende do papel catalisador do projeto elaborado de modo participativo.

Uma abordagem com esta configuração requer a mobilização dos atores, mas também de estruturas políticas e institucionais adequadas e afinadas com esta maneira de planejar o desenvolvimento em que o território em todas as suas dimensões, e não somente os setores produtivos, constitui o centro do processo.

O Sistema Estadual de Cultura, cuja implantação é prioridade da Secretaria de Cultura, pretende construir uma rede de instâncias que congreguem as múltiplas representações locais e do território na área cultural, viabilizando uma estrutura que possa dar suporte à execução das ações e projetos pactuados no processo de construção do Programa.

O alcance deste objetivo requer a formação e qualificação dos agentes culturais e dos gestores municipais, ampliando e fortalecendo os tecidos sociais em parceria com as universidades localizadas no território. Também os servidores públicos atuantes na área cultural e de políticas

públicas deverão ser estimulados a compreender de que forma a cultura se insere na formulação de todas as políticas públicas.

Vale ressaltar que essa proposta apoiada na formação de redes de gestão, formação e qualificação, abre espaço para dinâmicas de aprendizagem coletiva, gerando respostas inovadoras que ao integrar saberes, normas e valores locais constrói uma matriz de desenvolvimento que, certamente, produzirá competências próprias ancoradas na diversidade da cultura local.

Trata-se de uma construção metodológica de elaboração de um programa de governo que estimula o envolvimento de instituições e atores locais e possibilita a construção de políticas públicas para a cultura, procurando combinar concorrência com cooperação, conflito com participação e combinar conhecimento local e prático com o saber científico.

A SECULT vai estimular com ações transversais e interinstitucionais o alcance dos objetivos que espelhem esses princípios, geradores, de fato, de políticas públicas formuladas com base na identidade e diversidade territorial.

Referências Bibliográficas

Beduschi, Luis Carlos Filho e Abramovay, Ricardo **Desafios para a gestão territorial do desenvolvimento sustentável do Brasil**. 2003, 23 p.

CAR, **Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável-Modelo Teórico Metodológico**, Salvador, 2000.40p.

MINC, **Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil**, Brasília, 2006.49p.

Veiga, José Eli da ,**Territórios para um Desenvolvimento Sustentável**, 2006,13p.

IICA, **Gestão Social do Território: Experiências no Estado do Maranhão**, v.3, Brasília, 2005.179p.